

As Pedras Amarelas
foto e missa
de família
07/03/2014
PM

EXM.º SR.

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MIRANDELA**

Pedro Miguel Carvalho Fevereiro Correia, contribuinte fiscal n.º 220087709, trabalhador da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Carreira e Categoria de Técnico Superior, vem solicitar junto de V. Ex.ª a permissão para acumular funções/atividades privadas, nomeadamente as de docência na área de educação física, ao abrigo do art. 28.º da Lei n.º 12-A/2008 de 28 de fevereiro, na sua atual redação. Esclarece, que as funções/atividade a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, a título remunerado.

Estas funções serão desempenhadas na Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela e no Jean Piaget – Nuclisol - Mirandela, sempre fora do horário normal de trabalho, sendo a remuneração de 13,00€/Hora.

Entende que as referidas funções/atividades não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenha nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas, nomeadamente, funções de colaboração na organização e coordenação de atividades e utilização das instalações desportivas Municipais; Elaboração de relatórios mensais e anuais de funcionamento e zelar por todo o património afeto às instalações, garantindo as condições adequadas à sua utilização pelo público; Elaboração e actualização anualmente dos dados relativos ao desenvolvimento desportivo do Concelho, Instalações Desportivas e Movimento Associativo; Efectuar a vigilância e assistência em piscinas municipais.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela, nem se destinam ao mesmo público alvo.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata da função/atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 5 de março de 2014.

O Requerente

Pedro Miguel Carvalho Fevereiro Correia